

SUBJETIVIDADES TRAVESTIS: UM OLHAR TRANSCENDENTE ÀS CONSTRUÇÕES HETERONORMATIVAS – Análise a partir do documentário

“ Memorial de Travestis e Transexuais de BH”

Odair José Câmara Edmundo¹
Laura Freire de Andrade²

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender as influências dos processos normativos na constituição de subjetividades de travestis, a partir da análise crítica do discurso apresentado no documentário “Memorial de Travestis e Transexuais de BH”. O contexto de desigualdade social no qual as travestis se encontram, é o ponto chave para refletir as possibilidades de produções de resistências e subjetividades, no qual a ruptura da matriz heteronormativa às assujeitam. O proceder desta pesquisa foi caracterizado enquanto qualitativo e natureza exploratória, com recursos da pesquisa bibliográfica, e estudo documental enquanto aos meios, que permitiram verificar que a heteronormatividade pode impactar nas formas de produção de subjetividades e modo de viver das travestis, que reiteram e contrapõe concomitante essa norma, podendo causar nessas pessoas, condições precárias de vida.

Palavras-chaves: Subjetividades; Travestis; Heteronormatividade; Desigualdade social.

ABSTRACT

This research aimed to understand the influences of normative processes in the constitution of transvestite subjectivities, from the critical analysis of the discourse presented in the documentary "Memorial of Transvestites and Transsexuals of BH". The context of social inequality in which transvestites find themselves is the key point to reflect the possibilities of resistance productions and subjectivities, in which the rupture of the heteronormative matrix assumes them. The proceeding of this research was characterized as qualitative and exploratory nature, with resources of bibliographic research, and documentary study as the means, which allowed to verify that the heteronormativity can impact the forms of production of subjectivities and way of life of travestis, which reiterate and oppose concomitant with this norm, which may cause these people poor living conditions.

Keywords: Subjectivities; Transvestites; Heteronormativity; Social inequality.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem sobre as questões relacionadas à sexualidade humana, tem se tornado um trabalho de visibilidade para indivíduos que fogem da norma social, construída a partir de uma lógica rígida em que homens e mulheres nascem e se desenvolvem como seres reprodutores e,

¹ Graduando em Psicologia- Faculdade Ciências da Vida. E-mail: odair.j.c.e@gmail.com

² Mestre em Psicologia- PUC-MG. E-mail: laurafreire.8@hotmail.com

portanto, heterossexuais. Toda e qualquer vivência fora desse padrão, por anos foi fundamentada pelo discurso científico como desviante e patológico, com isso, marginalizou-se as práticas e sujeitos não pertencentes a esta norma. Fazendo um breve apanhado geral, nota-se que o campo da sexualidade foi determinado pelo discurso médico. É possível verificar que historicamente, esse campo de conhecimento foi responsável por legitimar e definir os padrões denormalidade/anormalidade tanto em relação ao corpo biológico, bem como das formas de subjetivação. Assim, esse movimento coordenado pelo poder político e pela medicina, pode ter tido como objetivo determinar os padrões de moralidade da classe social dominante sobre as demais camadas da sociedade (FOUCAULT, 2000).

Os corpos dos indivíduos são marcados antes do nascimento, seguindo a concepção de que o menino deve usar a cor azul, e a menina, a cor rosa. Observa-se que este é um primeiro ensaio simbólico social do discurso que normatiza os papéis sociais do que é ser menino/menina, homem /mulher, masculino /feminino. Nessa perspectiva já se impõe a ordem sexo/gênero/desejo que deve ser incorporado nas pessoas que possuem pênis e vagina, ou seja, a sexualidade do corpo. Nos estudos sobre gênero Louro (2013), ressalta que não se tem o objetivo de extirpar os aspectos biológicos dos corpos, mas contrapor que há uma construção subjetiva social e histórica destes corpos que é individual, ainda que a sociedade imponha que meninos e meninas devem assumir os gêneros masculinos e femininos respectivamente.

Na abordagem sobre a temática de gênero, deve-se considerar os processos de subjetivação de cada indivíduo, que ainda permanecem regidos pelos papéis de poder e saber (SILVA, 2010). Diante desse cenário, as relações socioculturais constituem-se como constituintes de gêneros e subjetividades. Ser identificado como homem ou mulher é portanto, ser “enquadrado” socialmente como tal. Neste sentido, a sociedade passa a normatizar os papéis do que é ser homem e ser mulher, e essa lógica tem a concepção dos corpos constituídos unicamente pela visão heteronormativa; mesmo que o indivíduo em sua subjetividade não se reconheça nessa perspectiva. Para Butler (2003), a construção do gênero é independente da anatomia do sexo biológico, sendo construído no campo social, com interlocuções com a linguagem e cultura; compreendendo assim a fluidez do gênero, podendo um corpo feminino representar o papel de gênero masculino e assim por diante, revelando a existência de outras conjugações possíveis.

Através da perspectiva de rompimento dos padrões da sexualidade humana, que as travestis se constituem subjetivamente. Este estudo se limita ao contexto das travestis enquanto pessoas que nasceram biologicamente como homens, mas suas expressões/ performance de

gênero se aproximam ao que é socialmente atribuído ao gênero feminino, porém, não desejam eliminar sua genitália de nascimento.

Nesse sentido, as travestis apresentam simbologias corporais e subjetivas do que é masculino e feminino simultaneamente. (PELÚCIO, 2009). Através dessa dualidade entre ter características femininas e masculinas, elas anunciam a fluidez e performatividade de gênero, evidenciando a importância da construção social, histórica e subjetiva dos corpos para além do padrão heteronormativo. Cabe ressaltar que, sendo o gênero enquanto um construto de performance, a pessoa travesti, pode pertencer aos gêneros masculinos, femininos, ou nenhum e sem orientação sexual definida, e construir assim uma nova identidade performativa, pois sua mobilidade se dá no campo do gênero e sexualidade, transitando e rompendo com o modelo padrão normativo destes.

Se tratando de um tema complexo, mas que se apresenta pouco visível socialmente, esse estudo pretende compreender quais implicações dos processos sociais heteronormativos para a constituição subjetiva de travestis, especificamente apresentadas no “Memorial de Travestis e Transexuais de BH”. Através da metodologia de pesquisa qualitativa, buscou-se interpretar e esclarecer os fenômenos a serem pesquisados, com aporte teórico da pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, e estudo documental enquanto aos meios.

A identificação e análise dos processos de regulações sociais normativos no campo da sexualidade, que tipificam as pessoas apenas em homens e mulheres, com papéis sociais estabelecidos, é o fio condutor desta pesquisa que pretende problematizar discursos e práticas que são violentos, excludentes e patologizantes para as pessoas cujas expressões de suas sexualidades e papéis/performances de gêneros, fogem da regra social heteronormativa. A estigmatização e preconceito que travestis são sujeitadas de forma avassaladora pela sociedade, ferem de diferentes modos, a liberdade de ser e existir no mundo da população travesti, perpassando por inúmeras tentativas de inviabilidade e aniquilamento de suas subjetividades.

A psicologia enquanto profissão e ciência, deve se apropriar do seu compromisso éticopolítico, sobre um cuidado especial em uma rede de apoio que priorize a experiência do exercício da cidadania de forma saudável, pautada na ética e na integração social, denunciando as negligências sociais, contribuindo para uma vida digna. Neste sentido, esta pesquisa pretende contribuir para avanços da visibilidade, enfrentamento e acolhimento destas pessoas, além de fomentar o conhecimento na área da sexualidade humana a partir de uma proposta de interlocução entre os estudos de gênero e psicologia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRAVESTILIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS HETERONORMATIVAS

Segundo Miguel (2015), o termo travesti originou-se de uma complexa discussão entre vários campos das ciências médicas. A concepção da sexualidade e da estética dos corpos através das bases científicas foi fundamentada pelas normatizações de um “homem de verdade” e uma “mulher de verdade”, ou seja, o homem heterossexual, masculino, viril que se relaciona afetivosexualmente somente com mulheres, e a mulher heterossexual, feminina, que se relaciona afetivosexualmente somente com homens.

Considerando as travestilidades como rupturas desse modelo normativo, Miguel (2015), esclarece que a palavra *travesti* surgiu no ano de 1910, por meio dos estudos do psicólogo e psiquiatra Magnus Hirschfeld, dissociou o que se denomina hoje de “orientações sexuais” e travestilidades. Portanto o desejo de se expressar/performar no feminino, não necessariamente tem relação com a orientação sexual.

Acerca das questões relacionadas à orientação sexual, a medicina utiliza dos estudos sobre a genética humana para apresentar explicações sobre estas expressões da diversidade sexual, entretanto nos estudos sobre gênero e sexualidade, a lógica médica estaria preocupada pela busca de uma disfunção genética que explicaria os ditos “desviantes” (Homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais entre outros). Esta perspectiva parte do princípio de que a heterossexualidade é o padrão natural, ou seja, a norma seria o homem e mulher, masculino e heterossexual, e a mulher feminina e heterossexual respectivamente, e qualquer ruptura dessa lógica seria considerada anormal. (MIGUEL, 2015).

Costa (2012) esclarece que, a terminologia heteronormatividade foi mencionada pelo sociólogo Michael Warner no ano de 1990 para explicar a determinação da lógica de enquadramento das pessoas em que o sexo biológico, identidade/papel de gênero deveriam ser correspondentes as masculinas ou femininas e heterossexuais. Por consequência, de acordo com Pino (2007), as travestis são afetadas pelo padrão heteronormativo, no modo de se relacionarem, ou seja, espelham na relação afetivosexual a partir do modelo rígido - homem e mulher, estabelecendo a imposição patriarcal sobre o gênero. Tal padrão pode ser apontado como herança do patriarcalismo, em que o indivíduo que exerce o papel do homem provedor do lar, é também detentor do domínio sobre o outro.

Neste sentido, as travestis rompem e reproduzem concomitantemente em seus relacionamentos comportamentos que dizem do modelo heteronormativo. A ruptura

corresponde à questão da não equivalência do gênero de forma fixa e definitiva, mas por outro lado, reproduz relacionamentos afetivos no campo heteronormativo, buscando nestas relações, cumprimentos rígidos de papéis sociais rígidos de “homem” e “mulher”. Por consequência, as relações passam a se basear no modelo relacional heterossexual: homem-ativo-dominante / mulher-passiva-dominada. A interlocução entre sexo biológico e gênero passa a ser determinada pela simbologia natural; ou seja, a pessoa que nasceu com pênis, é pertencente ao sexo masculino (será homem) e conseqüentemente sentirá atração afetiva-sexual por mulheres.

A dominação masculina a partir de Lang (2001), compreende que os homens impelem sobre as mulheres, por diferentes subterfúgios, coletiva e individualmente, uma dominação na esfera privada e pública e com isso os homens passam a possuir privilégios no campo simbólico e cultural. As travestis, por se aproximarem ao que é atribuído ao papel social feminino, também são afetadas por tal dominação, contudo, também são vítimas da consequência desta dominação como a violência, exclusão e humilhação. Há uma face da dominação masculina sobre as travestis, que diz da repulsa sobre o indivíduo cuja expressão social, foge ao que se espera do homem másculo.

Há de se considerar que os discursos excludentes, dominantes e violentos sobre as travestis, podem ser entendidos através da conceituação de Biopoder, no qual Foucault (2008), o denominou como mecanismo de controle e disciplinarização sobre as populações e suas características biológicas e corporais. As disciplinas aplicadas pelo Biopoder concentram-se pela visão do corpo enquanto objeto passível de ser adestrado, concomitante à sua capacidade de aptidões e forças, utilizadas para sistemas econômicos. A sexualidade também foi um dos aspectos a ser disciplinarizada por esse poder, portanto, discursos e práticas, foram criados e legitimados em torno da sexualidade, com o objetivo do seu controle e manutenção, como a domesticização do corpo da mulher, a pedagogia do sexo da criança e a patologização das diversas expressões da sexualidade, incluindo neste quesito as travestilidades.

Deste modo, as travestis estão localizadas fora da esfera privilegiada da sociedade, sendo-lhes muitas vezes negligenciadas as mínimas condições de cidadania; como a dificuldade em permanecer nas escolas e conseqüentemente prosseguir nos estudos, além da não aceitação do mercado de trabalho, lhes restando na maioria das vezes a prostituição como forma de sobrevivência. Com isto, há poucos espaços de afirmação identitária, de trabalho e cidadania, em que a prostituição torna-se um caminho de sobrevivência que alicerça as referências subjetivas e de vidas das travestis. (MIGUEL, 2015).

2.2 GÊNERO NA CONSTRUÇÃO SOCIAL

As performances de gênero e da sexualidade podem ser percebidas nas diversas mutações de padrões sociais, políticoculturais, remodelações por produções teóricas e científicas, que têm sido transformadas na contemporaneidade. (PERES, 2012). A desconstrução de modelos binários, para além dos tradicionais "homem", "mulher", "heterossexual" e "homossexual", emergem a visibilidade de novas possibilidades de existências.

No campo das diversidades de identidades sexuais, de gênero e orientações sexuais, o movimento *Queer*, surgido nos anos de 1990, abarcou enquanto proposta política e teórica, uma forma de compreender as pessoas que rompiam a heterossexualidade, indo de sentido contrário às afirmativas da sociedade heterossexual dominante, tanto em relação às identidades LGBT's, quanto à compreensão estética do feminismo. O uso do termo *Queer* (*Queer*, palavra de origem do idioma inglês, pode ser traduzida como anormal, estranho, esquisito), pode ser compreendido como uma estratégia de resistência, fazendo uso de um insulto sobre a sexualidade como uma possibilidade de reafirmação, resistência política e empoderamento das sexualidades compreendidas a priori como desviantes.

Gênero pode ser compreendido enquanto papéis sociais, que indicam um conjunto de pressupostos sobre os comportamentos sociais das pessoas por estarem minimamente relacionadas a um determinado sexo anatômico (FERNANDES, BORGES E LOBO, 2017). Desta forma, determinar o que é natural diante das inúmeras possibilidades de expressões da sexualidade de cada pessoa é parte de um discurso massivo, social e que reproduz estereótipos profundamente arraigados e produtores de exclusão social, justificando as desigualdades de gênero a partir das diferenças biológicas.

Para Scott (1990) gênero pode ser compreendido como um elemento constituinte das relações sociais fundamentadas sobre as diferenças entre os sexos, e por isso, é um primeiro modo de compreender as relações de gênero pautadas nas relações de poder. A categoria de gênero foi historicamente construída em um período de mobilizações políticas para combater os discursos reprodutores de desigualdades sociais entre homens e mulheres justificados pelas características biológicas. Ainda segundo essa autora, o gênero se apresenta como um construto de análise social e política. Como categoria política, ele se apresenta pelo apelo relacional, se referindo a todas as pessoas que relacionam umas com as outras tendo por princípio a identidade de gênero. Entretanto, o fato de remeter ao aspecto social para configurar e conceituar o gênero, essa categoria se constitui sobre corpos sexuados. Portanto esta concepção social abre-se para

as várias possibilidades de ser masculinos e femininos, podendo o indivíduo que se reconheça no gênero masculino, não corresponder à forma de vestir, andar, comportar, ao que se espera socialmente como características masculinas, e assim por diante. (FERNANDO, BORGES E LOBO, 2017).

Connell (2016) clarifica que gênero é uma construção fluída e não estática, uma vez que os corpos são constantemente influenciados e transformados pela e na cultura, sendo assim as diferentes expressões de gênero podem significar o reconhecimento identitário de uma determinada cultura e também revelar-se como forma de transgressão às injustiças e opressões do sujeito. Porém, somente em 1964, Stoller rompeu com a compreensão dominante até os anos de 1950 de que gênero era uma extensão determinada pelo sexo biológico, que seria irreversível e relacionado exclusivamente às características físicas das pessoas.

2.3 CORPORALIDADES E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Pelúcio (2009), afirma que as travestis convivem com a dualidade entre busca pela estética do corpo da mulher perfeita e a mistura de simbologias diante do sexo biológico e gênero. A comercialização de um corpo dito pela indústria da beleza como perfeito, se manifesta nas construções de autoimagem tanto em mulheres, quanto em travestis, sendo que por vezes, estas se projetam em uma imagem da mulher feminina e heterossexual, abarcada dos padrões sociais (magra e traços europeus). Pode-se compreender que as travestis trazem expectativas de corporalidades e sexualidades, legitimadas pela indústria capitalista da beleza, tornando a existência travesti objetificada e precária. Com a ausência de políticas públicas inclusivas, a entrada das travestis na prostituição se torna consequência da negligência do Estado.

Em contrapartida, existem raras exceções de travestis que, conseguem transcender o estigma da prostituição, e trabalham em diversas profissões, incluindo o nível universitário. Desta forma, evidencia-se que a prostituição não é o único lugar que caibam as travestis. Tal estigma e caminho percorrido pela maioria delas, é consequência das desigualdades sóciopolíticas, e sexuais que incidem sobre seus corpos. Pelúcio (2009), corrobora, ao levantar estudos a respeito da saúde mental de travestis, diante das dificuldades enfrentadas ao longo da vida, além de notícias sobre altos índices de mortalidade e assassinatos com requintes de crueldade.

Segundo Butler (2003), o lugar da abjeção, pode ser entendido como localidades da vida social, onde são densamente povoadas por pessoas que não gozam de seu status político de sujeito. Nesse sentido, Deleuze (1990) aponta a violência e exclusão que as pessoas que rompem as normas sociais da sexualidade e de gênero acabam sendo expostas. Considerando as dificuldades de estudo e profissionalização, e por consequência inserir-se no mercado de trabalho, há uma enorme dificuldade para que sejam garantidas as mínimas possibilidades dignas de sobrevivências, acarretando assim, a uma adequação, mesmo que seja mínima, às normativas de gênero, que não condizem com seus modos de enxergarem no mundo.

Como consequência das desigualdades geradas pelo Biopoder, de acordo com Peres e Toledo (2011), as travestis, possuem poucas possibilidades de questionar os processos de normatizações da sociedade e reivindicar seus direitos de cidadania. Por vezes, quando a opressora social é violenta, pode gerar adoecimentos físicos e psíquicos, e introjetar a ideia de que viver de forma objetificada, é a única possibilidade de existência.

Peres e Toledo (2011), afirmam que o Biopoder que origina as desigualdades, tem início desde a infância, quando se inicia as primeiras formas de discriminação, exclusão e estigmatização. De modo geral, as experiências negativas acerca das identidades travestis, passam primeiro no âmbito familiar, pela rejeição, humilhação, em casos extremos, sofrem violência sobre suas expressões masculinas em corpos femininos e feminilidade em corpos biologicamente masculinos.

Tamanha experiência negativa e estigmatizada, pode ser fator de enfraquecimento de seus modos de resiliência. Peres e Toledo (2011), afirmam que a partir da rejeição em seus primeiros ciclos sociais, as travestis buscam se aproximar de pessoas, cujas formas de existir e de posicionarem no mundo, se assemelham às suas, compartilhando assim o sentimento de pertença e sendo força para enfrentamento da sociedade discriminadora e excludente. Nesses coletivos de forças e sentimentos de pertencimento a uma comunidade, podem ser compreendidos, como um modo de organização psicossocial, política e cultural das travestis, vistas como possibilidades de resistência e enfrentamento ao modelo heteronormativo.

De acordo com Peres (2002), as travestis em suas constituições subjetivas alternam entre discursos e configurações normalizadores que tentam modificar seus corpos e regulamentar seus prazeres, traçando movimentos de resistências e enfrentamentos aos padrões normativos, ao mesmo tempo, que buscam nesses padrões estabelecidos algumas formas de se constituírem e até mesmo sobreviverem. Acerca dos processos de subjetivação, estas se orientam por diferentes significados, sentidos e narrativas. Peres (2002), aponta que as

subjetividades das travestis partem da ruptura de lógicas binárias, como o modelo heterocêntrico e a heterossexualidade imposta como forma afetivorelacional superior e, sobretudo, natural. Tal concepção de orientação sexual dominante, é um mecanismo do qual se derivam práticas lgbtfóbicas. Ainda que se expressem a partir de uma diferente estética da sexualidade, muitas travestis ainda permanecerem inseridas no modelo heteronormativo, que determina os modelos relacionais e afetivos pela lógica sexo/gênero/desejo/práticas sexuais.

As travestilidades, podem surgir em diversas fases da vida e a sociedade assume um papel fundamental para a afirmação desses processos de subjetivação ou a sua alienação no sentido de possibilidade de direcionamento para outros papéis de gêneros. O termo travestilidades, assinalado por Peres (2013) é considerado uma sugestão para denominar as múltiplas possibilidades e experiências dos modos ser das travestis, de forma a compreendê-las a partir de concepções generalistas, porém considerando as diferentes formas subjetivas de existência. Este conceito, de dimensão política, passou a ser problematizado a partir do Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, no ano de 2007 e com a criação da ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Segundo Siqueira (2009), a expressão “travestilidade” é compreendida como aporte para se questionar o uso do termo travestismo, que diz do estigma da patologização marcado pelo sufixo “ismo”, configurando a terminologia como doença, transtorno. Neste sentido, Peres (2002) aponta que as travestis reinventam novas possibilidades de imagens que são marcadas pelas demandas sociais e culturais, e estas influenciam na construção subjetiva e corporal.

3 METODOLOGIA

O presente artigo utilizou da metodologia de pesquisa qualitativa que segundo Gil (2002), é um método que tem por objetivo realizar um levantamento criterioso e sistemático, em busca de respostas ao problema à qual este estudo se norteia. A partir do caráter investigativo, a presente metodologia obteve a função de identificar a história de vida e o contexto psicossocial das travestis apresentadas no documentário “Memorial de Travestis e Transexuais de BH” dando ênfase aos fatores preponderantes que atravessam as suas constituições subjetivas. Para tanto, este estudo se define enquanto uma pesquisa documental, que para Marconi e Lakatos (2013), trata-se de uma análise de materiais ainda não explorados que podem servir de fonte para pesquisa científica.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa se constitui como descritiva, com aplicabilidade metodológica de análise crítica de discurso, fundamentada por Michel Foucault (1996). A compreensão Foucaultiana do discurso pontua que este é produtor e reproduzidor de conhecimento, bem como de poder simultaneamente, na medida em que o discurso define o sujeito, moldando e posicionando-o, como autor e protagonista de sua própria história, gerando assim opiniões e percepções de si próprio. O poder enquanto saber, provém da reflexão sociohistórica da situação em que se vive, para a busca da transformação da mesma, assumindo uma postura crítica, através da dialética reflexão-ação. Mediante revisão bibliográfica, foi possível validar a cientificidade desta pesquisa, no aprofundamento do tema proposto e a articulação teórica apresentada possibilitou um encontro com a realidade observada através do discurso das travestis.

O documentário “Memorial de Travestis e Transexuais de BH”, disponibilizado no site Youtube®, foi produzido na cidade de Belo Horizonte- MG, apresenta como conteúdo, depoimentos das trajetórias de vida de travestis e transexuais da referida cidade. Tal documentário foi realizado pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais – NUH/UFMG, sendo parte de um projeto intitulado “Educação sem homofobia”. O documentário, constituído em duas partes, apresenta a história de vida de 16 pessoas autodeclaradas travestis e/ou transexuais. Para maior clarificar o estudo, optou-se pela transcrição literal do vídeo, a fim de tornar mais ampla a riqueza de elementos para possíveis análises dos discursos apresentados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tomado de posse das discursivas apresentadas no documentário "Memorial Travesti e Transexuais de BH" percebe-se distintos discursos no vídeo, os quais podem-se destacar em três categorias: ruptura do padrão heteronormativo, lugar de abjeção e marcas do patriarcado. Esses são alguns dos discursos evidenciados nas narrativas, e que abarcam as discussões desta pesquisa, partindo do pressuposto de que estas são constituintes de subjetividades das travestis.

Michel Foucault, em sua rica contribuição para os estudos sobre a sexualidade humana, na obra *História da Sexualidade* (2010), apresenta possibilidades de compreensão para análise, sobre as categorias da diversidade e identidade sexual e corporalidades. Categorias essas, apresentadas para além da compreensão histórica da constituição da sexualidade, mas também

sobre os discursos que a compõe. Partindo dessa concepção de Foucault, as análises dos discursos buscaram questionar tais construções sobre as travestilidades, que transcendem , estigmatizam, constroem e desconstroem subjetivamente sujeitos e seus corpos, como exemplo apresentado no documentário "Memorial Travesti e Transexuais de BH ".

4.1 RUPTURA DO PADRÃO HETERONORMATIVO

A heteronormatividade diz de um modelo normatizador social que define a heterossexualidade como a orientação sexual prevalente e unicamente dita normal e as performances de gênero, sendo determinado ao homem (biológico) unicamente ser viril, másculo e ativo, já a mulher (biológica), unicamente feminina, frágil e passiva. É presente nas bases normativa, oriunda de um fundamentalismo biológico tornou-se aval para (re)produção de fenômenos sociais estigmatizadores envolvendo as homossexualidades, transexualidades e travestilidades.

Nesse sentido, analisa-se pelos discursos, que os homens (biológicos) que se declinam para o feminino são acusados de tomarem para si a feminilidade, e as mulheres (biológicas) que se declinam para masculino são acusadas de usurparem de um poder simbólico que em sociedades patriarcais, é exclusividade dos homens. Foucault (2010) aponta que as formas de normatização são a base de uma organização racional e política, que tende a gerir a vida do indivíduo e da sociedade, impondo normas que tornam soberanas como uma lei. As consequências para as pessoas, que rompem com o padrão heteronormativo são corroboradas no discurso da travesti Cinty Mel conforme fragmento abaixo:

“[...] comecei novo aos 9 anos, colocando uma blusinha e shortinho pro posto, as meninas batiam, davam tapa na minha cara, eu corria e vestia de novo.” Cinty Mel.

O padrão heteronormativo está intimamente ligado à crença biológica do sexo. Foucault (2010) problematiza as normatizações da sexualidade, sendo estas entendidas enquanto possibilidades de construção e desconstrução, indicando que não é o biológico que define a sexualidade e sim os discursos e o poder que modelam subjetivamente os corpos. A partir dessa percepção, Butler (2009) aponta que as identidades de gênero são performativas, podendo a elas transitarem entre os estereótipos do masculino e feminino. As ditas novas identidades de sexualidade e gênero são vistas como transgressoras do padrão heteronormativo, que explicitadas nas falas seguintes:

“A família me discriminou, a partir do momento que me posicionei diferente, aos olhos deles, mas igual à minha mãe e minhas tias, porque a minha preferência era o feminino.” Travesti não nomeada 1

“Eu ia nas lojas me botava dentro dos vestidos, com salto alto, com 3, 4 anos de idade.” Travesti não nomeada 2

Analisando estes trechos, percebe-se, que a anatômica dos sexos nem sempre é correspondente com o papel/performance de gênero, a qual o indivíduo se adequa. As expressões de gênero e sexuais, como afirmada por Peres (2013), são mutáveis e têm sido transformadas na sociedade contemporânea. A ruptura do binarismo de gênero, para além do homem heterossexual e mulher-heterossexual, representa as possibilidades das expressões das sexualidades e de gênero. Foucault (2010) nos faz pensar que as rupturas e resistências são o contraponto do poder, e estão onde o poder atua. Ou seja, é no lugar da heteronormatividade que emergem possibilidades de resistência onde as expressões de sexualidades, e a produção subjetiva, possibilitam subverter a ordem estabelecida para as travestis. Portanto, é na própria condição heteronormativa imposta socialmente, que surgem as condições de romper com o engessamento, que por um lado, tende a oprimir e excluir, mas que denuncia a incapacidade de todos se encontrarem como sujeitos objetos desta normativa.

4.2 LUGAR DE ABJEÇÃO

A população travesti, considerada por parte da sociedade heteronormativa, como desviante, tem em sua trajetória de vida, busca por direitos e cidadania, um caminho marcado por estigmas e preconceito. Com escassez de políticas integradoras dessa população, o caminho da prostituição, lhes apresenta como única via para se manterem vivas e se auto sustentarem. Partindo do pressuposto de que a heteronormatividade mantém uma relação de interligação entre sexo/gênero/desejo e práticas sexuais, e que as travestis, neste contexto, contrapõem tal relação, ficam incumbidas a elas um lugar de exclusão e abjeção. Butler (2009) afirma que o sujeito abjeto está nas zonas invisíveis e inóspitas da sociedade. A matriz excludente da abjeção é parte residente da norma heteronormativa, uma vez que esta despotencializa aquilo que se chama de “anormalidade”, tornando-a monstruosa, como analisado o discurso de Vanuza:

“[...] com 9 anos eu fui pra lagoinha, pra Praça Vaz de Melo, aqui em Belo Horizonte e já me prostitui. (...) Só da gente se vestir de mulher a gente já ia presa, só de montar, fazer prostituição já ia presa, ia pra vadiagem, a polícia fazia ronda toda noite e levava a gente presa. ”

Recorrendo a Foucault (2010) pode-se analisar que as possibilidades de modos de existência, são marcadas por relações de poder e dominação, e que por meio de um processo de assujeitamento, constituem efeitos no discurso dos sujeitos. Como aponta Butler (2009), as abjeções são expressões de não reconhecimento, violência física, moral, sexual, em que nas formas subversivas de estar no mundo, são violentadas cotidianamente no campo simbólico e concreto. No entanto, Foucault (2010), diz que as estratégias de resistência e subversão são constituintes fundamentais nos processos de produção de subjetividades, corpos e sexualidades, pois onde há subversão, também se encontra o discurso e o poder.

Analisando os modos de subjetivação e de existências que contrapõem a heteronormatividade, as travestis, acabam por vezes assumindo o papel da “anormalidade” na sociedade. Tais vivências transgressoras sofrem atravessamento de seus corpos e identidades, uma vez que suas constituições subjetivas, são produzidas numa gramática social de limitação de possibilidades, marcadas pelo ódio, violência e exclusão, como são clarificadas nas falas da Paula e da Travesti não nomeada 3:

“Porque pra travesti é só cabelereiro, só cabelo, não tem mais opção.” Paula

*“Mas assim, sempre, nunca deixei meu sonho, sempre entreguei currículo, fazia entrevista, dava o currículo de um nome e chegava lá era um outro perfil, ai eles já arrumava um monte de desculpa pra empregar e tal , mas assim eu tenho e sempre tive, tenho essa vontade e vou realizar que é ser enfermeira.”
Travesti não nomeada 3.*

Pode-se analisar por estes discursos, que o lugar da abjeção é um locus de compreensão dos processos de controle que Foucault (2010), denomina como Biopoder, que se constitui de mecanismos de controle e disciplina sobre as populações, seus corpos e subjetividades. As ações do Biopoder restringem e determinam para o indivíduo suas possibilidades de vida, suas capacidades e aptidões, revelando como um processo de controle social.

4.3 MARCAS DO PATRIARCADO

A constituição subjetiva da sociedade brasileira, é tracejada pelo modelo ideológico patriarcal, que explicita um sistema em que a figura do homem é detentora de poder, dominação e exploração pelas vias das relações sociais de gênero e sexo. O patriarcado, de acordo com Morgante e Nader (2014), está introjetado nos âmbitos culturais, econômicos e sociopolíticos. Esse modelo ideológico, sobrepõe e impõe os papéis de atuação das performances de gênero. Essa perspectiva, introjetou na sociedade performances dicotômicas dos sujeitos, binarizando-os respectivamente em machos-homens-ativos e fêmeas-mulherespassivas, percebidas nos discursos abaixo:

“[...] na nossa época, os homens, não sei se eles eram mais homens, mas os homens na nossa época não tinham essa mania de ser passivo com a gente não.” Travesti não nomeada 5

“[...] hoje em dia eu saí da rua, porque já não consigo penetrar maricona, ai já não ganhava mais dinheiro.” Vanuza

“A verdade é que as mulheres são eles, e os homens são a gente, na maioria dos casos.” Paula

Os discursos acima apresentados podem ser analisados, a partir da concepção das performances estáticas dos papéis sexuais ditados pelo patriarcado, em que ser ativo na relação sexual, é o papel do homem másculo, e não da travesti, que ora se assemelha a performance feminina, ou seja, passiva e que deve ser penetrada. A terminologia “*Maricona*”, se refere a um indivíduo homossexual, de meia idade ou avançada, que geralmente busca serviços prestados por profissionais do sexo, mas que pode aqui, ser analisado como um indivíduo que deveria realizar o papel enquanto ativo e que realiza a penetração no ato sexual. A luz de Pino (2007) as travestis, são subjetivamente afetadas pelos padrões heteronormativo e patriarcal, reproduzindo destes, modelos relacionais afetivosexuais a partir de um modelo masculino-ativo e feminino-passivo, do qual é apontado como proposição da rigidez dos papéis de gênero e sexual. Sob as condições inerentes ao papel do feminino e masculino inseridos no contexto social majoritariamente patriarcal, analisadas nos discursos apresentados, apontam que a constituição subjetiva das travestis, é regida pelo poder simbólico do gênero masculino,

como é explícito no discurso de Amanda, onde o indivíduo que exerce o papel do homem é o provedor do lar e detentor do domínio sobre o outro. Conforme apontado:

“[...] mas aí eu penso assim, do que adianta tá com uma pessoa, eu gosto dele e tudo mais, o que ele me dá, as minhas coisas são caras, e morando entre aspas, casada, vou ter que viver num padrão de vida normal. Eu vou deixar de fazer muita coisa, eu gosto de salão, perfume caro, eu gosto de ir no shopping, uma sandália por exemplo que eu vejo e custa RS 300, 00, eu não vou comprar porque eu vou tá dependendo do dinheiro dele. “Amanda

Nesse sentido, as travestis são constituídas subjetivamente na dicotomia que rompem e reproduz concomitantemente, comportamentos heteronormativos. Ou seja, as construções identitárias presentes nos discursos das travestis são, na grande maioria marcadas por um modelo de feminino hegemônico e heteronormativo. Esse modelo guia as construções corporais e subjetivas inclusive polarizando o ser mulher e o ser homem, cabendo às outras ramificações dessas performances de gênero, o símbolo de desviantes e contra a regra da sociedade e de si próprias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas analisadas na obra “Memorial Travesti e Transexuais de BH”, apontam que estas pessoas, em suas subjetividades não se apropriam enquanto “pessoas anormais”, mas sim, que possuem corpos abjetos e subalternos às pessoas ditas “normais”, tendo como consequência a exclusão social das mesmas, além da falta de potencialização desses seres humanos, enquanto pessoas de direitos como quaisquer outras, para saírem desse lugar.

Os atravessamentos da heteronormatividade sobre as formas de emergir subjetivamente as travestilidades, não só produzem, mas reproduzem relações sociais que estigmatizam esses corpos num lugar de subalternidade, através da criação de territórios marginais em que são negados direitos básicos de cidadania a esses corpos e legitimam a heteronormatividade a estes. Assim, o corpo travesti, estando alocado numa sociedade onde o dito “normal” está no campo da identidade, linguagem e gênero, estaticamente masculino/feminino, homem/ mulher, proporciona ao corpo travesti o não enquadramento performático social.

A ambiguidade da própria condição travesti de circular e performar o masculino e o feminino, apresentou como efeitos de dicotomia da própria subjetividade para além da ruptura

do padrão heteronormativo. É imprescindível que se considere gênero, como um construto performático social, ou seja, o gênero a qual a pessoa se identifica e por consequência performa totalmente ou parcialmente, é desempenhado em seus papéis sociais e precisam ser legitimados e reconhecidos.

Os discursos analisados das travestis, nas condições apresentadas no documentário, são construídos numa situação paradoxal, pois há uma denúncia do lugar de abjeção e desigualdade, mas é nestes lócus, que são estabelecidos os processos de subjetivação das travestis, numa posição flexível de ser homem ou mulher, para se constituírem subjetivamente. Portanto, este estudo, contribui à luz dos estudos sobre gênero e sexualidade as inúmeras possibilidades de compreensão e acolhimento do profissional da psicologia, para pessoas marginalizadas, e que se encontram em situação de exclusão social, sendo aqui abordada as travestis.

Entretanto, esta pesquisa se limitou as análises das travestis apresentadas no documentário “Memorial Travestis e Transexuais de BH”, portanto, os resultados obtidos não estáticos, e sim como possibilidade de abertura para novas possibilidades de investigações científicas para outros contextos e realidades para além das apresentadas, buscando compreender as implicações de se manterem no lugar de abjeção e as potencialidades para deste transcenderem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sônia. **Manual relações de Gênero no ciclo de projetos**. São Paulo: Rede Mulher, 1997.

BENEDETTI, Marcos. **Toda Feita: O corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 144 p.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Desdiagnosticando o gênero**. *Physis*Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [1]: 95-126, 2009.

CONNEL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. Tradução Marília Moschkovich. São Paulo :

Inversos, 2016, 272 p. Disponível em :
file:///C:/Users/Secretaria/Downloads/37929Texto%20do%20artigo-166482-1-10-20171009.pdf. Acesso em 12 de setembro de 2019. COSTA, A. B. **Preconceito contra orientações não-heterossexuais no Brasil: critérios para avaliação**. Porto Alegre, 2012.

DELEUZE, Gilles. (1990). **O devir revolucionário e as criações políticas. Entrevista de Gilles Deleuze a Toni Negri** (Tradução de João H. Costa Vargas). *Novos Estudos – CEBRAP*, 28, 67-73.

FERNANDES, Luís Antônio Bitante; BORGES Águeda Aparecida da Cruz; Lobo, Rodolfo Pinheiro Bernardo. **Travestilidade às avessas – a desconstrução de uma “paródia” identitária**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, agosto/2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p473>. Acesso em: 01 març.2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000

_____. **Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. 2008. São Paulo: Martins Fontes.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da sexualidade : a vontade de saber – 2010**.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Ed. 4. Atlas. São Paulo, 2002

INSTRAW. **Conceitos de Gênero no Planejamento do Desenvolvimento. Uma abordagem básica**. Brasília: Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal – GDF, 1995.

LANG Daniel Welzer, - **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 7 ed.. Atlas São Paulo, 2013.

Memorial de Travestis e Transexuais de BH. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=jfC5B1dsc2M>.

MIGUEL, Luiz Henrique. **Gerações travestis Corpo, subjetividade e geracionalidade entre travestis do interior de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS; 2015. Disponível em:
<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7451>. Acesso em 22 março 2019

MORGANTE. M. M. , Nader. B. N. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. Disponível em:
http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf. Acesso em 12 de setembro de 2019.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume, 2009.

PERES, Wiliam. **Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania**. Rio de Janeiro: PPG/Saúde Coletiva/UERJ, 2002.

_____. **Travestilidades nômades: a ades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência queering**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, 2012.

_____. **Psicologia e Políticas Queer**. In: TEIXEIRA FILHO, F. et al. (Org.). **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea**. Cuiabá: Ed.UFMT, 2013.

PERES, William. S; TOLEDO, Livia. G. **Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder.** Rev. psicol. polít., São Paulo , v. 11, n. 22, p. 261-277, dez.

2011. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2011000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 setembro 2019.

PINO, Nadia Perez. **A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos.** Cadernos Pagu. Campinas, v. 28, n. 28, p.149-174, abr. 2007.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação e Realidade, v. 16, n. 2, p.5-22. 1990.

SIQUEIRA, S. Mônica. **Arrasando horrores! Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas.** 2009 Tese de Doutorado

inédita, Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93027>. Acesso em 12 de setembro de 2019.

SILVA, Nilza. **Subjetividade: Psicologia social contemporânea:** livro-texto. 13. ed.

Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.